

UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA NO ENSINO MÉDIO

Paulo César Gonçalves¹

RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo testar e/ou avaliar uma proposta de gramática no Ensino Médio, utilizando-se de um método contextualizado que fizesse parte do cotidiano do educando. Tivemos como princípio e base deste trabalho estudos bibliográficos sobre o assunto de Morfologia, especificamente sobre os substantivos, a partir de gramáticas normativas e teorias linguísticas. Mesmo sendo difícil acabar com o tradicionalismo presente nas aulas de gramática, concluímos nosso trabalho de forma satisfatória e percebemos que os alunos realmente aprenderam os conteúdos trabalhados referentes aos substantivos, fato este que nos deixou esperançosos com um ensino de Língua Portuguesa de melhor qualidade.

Palavras-chave: Gramática – Ensino – Língua Portuguesa

Abstract: This study has as main goal to test and/or to evaluate a grammatical proposal in the High School, using a contextualized method that would be part of student's everyday. This coursework has bibliographic studies about

¹ - Professor da rede estadual de ensino; graduado em Letras pela UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; especialista em Linguística pela UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados; pós-graduando em Mídias Educacionais pela UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Morphology base, specifically relative to nouns, based on normative grammars and linguistics theories. Even being difficult to finish the traditionalism in the Grammar classes, we conclude our study satisfactorily and we really realize the students have learned the subjects relative to nouns, and this fact let us very hopeful toward Portuguese Language teaching of high quality.

Keywords: Grammar – Teaching – Portuguese Language

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios encontrados por profissionais que atuam na área da Língua Portuguesa é o ensino da gramática. Trata-se de uma enorme responsabilidade o fato de se trabalhar com a linguagem humana, pois a Língua Portuguesa, além de ser vista como objeto de estudo específico de uma disciplina curricular, que tem como objetivo descrever a estrutura e o funcionamento da linguagem, ainda pode ser enfocada como instrumento básico para a aprendizagem de outras disciplinas.

Ao se trabalhar especificamente com a gramática, esse ensino torna-se ainda mais complicado, pois os métodos adotados pelos professores nas escolas, geralmente, ainda são muito tra-

dicionais e entendem a gramática como um simples conjunto de regras que devem ser decoradas e que muitas vezes não têm utilidade fora da escola.

Os problemas que persistem no ensino de Língua Portuguesa ocorrem ainda devido ao fato de muitas pessoas considerarem a gramática como o único material didático nas aulas de Português e que deve ser seguido à risca.

A esse respeito afirma Marcos Bagno (2000, p. 64), que “os compêndios gramaticais se transformaram em livros sagrados, cujos dogmas e cânones têm de ser obedecidos à risca para não se cometer nenhuma heresia”.

É preciso deixar essa mentalidade arcaica de lado e realmente trabalhar a gramática como um instrumento de aprendizagem da língua, com métodos que enfoquem o cotidiano dos alunos, para que a aprendizagem da língua materna seja verdadeiramente eficaz e transforme o educando em um usuário competente da linguagem.

Observa-se, no entanto, que o mais importante de tudo isso não é simplesmente que a escola e o professor “transmitam” aos alunos essas posturas, mas que saibam instaurar na mente e no coração desses educandos posturas críticas, liberdade de raciocínio, capacidade de avaliação, respeito e tolerância às inovações, etc.

Segundo Fregonezi (1999, p. 80), “em Língua Portuguesa, o objetivo primeiro do ensino é a transformação do educando em um usuário competente da linguagem. Para o alcance desse objetivo, via de regra, as atividades de ensi-

no se traduzem em três grandes eixos: a produção de textos, a recepção de textos e o trabalho com a análise linguística”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997, p. 26) afirmam que “a gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano”.

Baseados em teorias de grandes estudiosos sobre o assunto referido, como Sírio Possenti, João Wanderley Geraldi, Luiz Carlos Travaglia, entre outros, desenvolvemos um trabalho de campo no qual utilizamos as aulas de Língua Portuguesa do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Princesa Izabel – Itaporã/ MS - onde atuo como professor regente, para colocar em prática o que seria o início de um novo método de ensino dos conteúdos gramaticais que trabalhamos. Para tanto, aplicamos um teste antes de ministrar as aulas para diagnosticar o conhecimento dos alunos diante do respectivo assunto. Após nosso trabalho, aplicamos um novo teste para estes alunos, averiguando os resultados.

Em síntese, nossa proposta é a de utilizar os textos produzidos pelos próprios alunos para trabalhar com os conteúdos gramaticais que, segundo o programa da escola, devem ser desenvolvidos para aquele ano (série) escolar. Para o desenvolvimento de nosso trabalho, utilizamos textos narrativos de temas variados que foram produzidos pelos estudantes.

Com esse método, pudemos analisar de forma bastante objetiva vários assun-

tos da gramática, especificamente aqueles voltados ao estudo do substantivo.

Portanto, a finalidade desta pesquisa foi trabalhar os conteúdos gramaticais de forma consciente, a partir de textos que prendam a atenção dos alunos, fazendo, assim, um ensino objetivo e contextualizado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS GERAIS

Do ponto de vista da revisão bibliográfica, trabalhamos algumas teorias referentes a concepções de ensino, concepções de língua e linguagem, concepções de gramática, morfologia e também as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que propõem diferentes métodos de ensino de Língua Portuguesa.

CONCEPÇÕES DE ENSINO

É comum confundir-se o ensino de Língua Portuguesa com o ensino de gramática. Isso parte de um tradicionalismo mecânico que a própria escola inseriu no processo ensino-aprendizagem, voltado muitas vezes a uma espécie de ensino arcaico. Alguns professores não buscam nenhum tipo de inovação no ensino do Português, voltando-se quase que totalmente para o ensino de gramática normativa.

Encontramos no dicionário Aurélio eletrônico (1999), a seguinte definição para o termo “ensino”: “Transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação ou a um fim determinado;

instrução. Esforço orientado para a formação ou a modificação da conduta humana; educação”.

Tendo por princípio o significado denotativo do termo “ensino”, percebemos que não estamos tendo na maioria das escolas um verdadeiro ensino de língua portuguesa, pois enquanto se mantém um ensino mecânico de gramática nas aulas destinadas à aprendizagem de língua materna não se está orientando o aluno para uma formação ou uma modificação da conduta humana e sim lhe ensinando regras que não servirão para muita coisa em sua vida enquanto cidadão crítico e construtor de conhecimento.

É óbvio que não estamos defendendo aqui a extinção da gramática das aulas de língua portuguesa. Apenas discordamos da forma como essa gramática é ensinada. Os objetivos para o ensino da gramática não estão muito claros para a maioria dos professores de Português, e assim não se justifica para os alunos o estudo de tantas regras e normas.

Em relação ao ensino de gramática, Travaglia (2000, p. 15-20) enfatiza que:

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a linguagem dá forma a nosso mundo e a nossa vida sociocultural e ao mesmo tempo reflete como e por que as pessoas de uma sociedade e cultura se relacionam, como vêem o mundo etc.

Em segundo lugar, é preciso pensar por que se dá aula de uma língua para falantes nativos dessa língua (por que se dá aula de Português a brasileiros falantes nativos dessa língua). Certamente não é para ensinar a falar a língua, a se comunicar por meio dela, porque os falantes nativos já o aprenderam

de forma “natural” desde seus primeiros anos de vida. O que queremos e acreditamos na verdade é que nossos alunos desenvolvam sua competência comunicativa, tornando-se assim um usuário competente da linguagem.

Em terceiro lugar, para que a gramática tenha realmente relação com a qualidade de vida, é preciso saber conceber o que é gramática.

Para que tenhamos um ensino realmente concreto, não basta que sejam repassados ou transmitidos os conteúdos. Libâneo (1994, p. 89) defende o oposto, afirmando que “para assegurar a assimilação ativa, o professor deve antecipar os objetivos de ensino, explicar a matéria, puxar dos alunos conhecimentos que já dominam, estimulá-los no desejo de conhecer a matéria nova”. Para o autor, o ensino tem como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar e, através desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos.

Ao enfocarmos aqui, especificamente o ato de ensinar através da educação escolar, faz-se necessário uma atenção especial em relação à prática do ensino, e para isso observaremos algumas considerações de estudiosos sobre a prática do processo de ensino-aprendizagem.

Vázquez (1990, p. 03), ao substituir o termo prática por *práxis*, o faz no sentido específico de *atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano*. De acordo com este autor, o ensino-aprendizagem é uma atividade que deveria ser sempre *práxis*, ou seja, deveria haver sempre uma transforma-

ção de mundo. Já no planejamento, primeiro aspecto do processo, momento teórico em que são definidos os objetivos e os procedimentos a serem postos em prática, o professor deveria refletir sobre as necessidades reais e concretas do aluno.

Para Vázquez (1990), a atividade propriamente humana só se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou finalidade, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real. Essa atividade implica na intervenção da consciência, graças à qual o resultado existe duas vezes – e em tempos diferentes -: como resultado ideal e como produto final. Em virtude dessa antecipação do resultado que se deseja obter, a *atividade propriamente humana tem caráter consciente*.

Como toda finalidade, a prática só será efetiva com o concurso da teoria. A prática, como objetivo da teoria, exige um correlacionamento consciente com ela, ou uma consciência da necessidade da prática que deve ser satisfeita com a ajuda da teoria.

Se a *práxis* é a ação do homem sobre a matéria e criação – através dela – de uma nova realidade humanizada, podemos falar de diferentes níveis de *práxis*, de acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático e com o grau de criação ou humanização da matéria transformada evidenciado no produto de sua atividade prática.

A consciência da prática é definida por Vázquez (1990) como sendo a consciência que se volta sobre si mesma

e sobre o processo prático, é a consciência que sabe que a atividade que rege as modalidades do processo prático é sua e que, além disso, é uma atividade procurada ou desejada por ela. Assim, embora sejam inseparáveis, a consciência prática se distingue da consciência da prática, ou, nas palavras de Vázquez (1990): “a consciência da práxis vem a ser a autoconsciência prática”.

Portanto, para que a *práxis* se concretize, é necessário por atenção em todas as atividades realizadas, visando-se uma prática inovadora e criativa. A *atenção e a reflexão* marcam a presença da prática consciente. É neste sentido que Vázquez (1990, p. 185) afirma que “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”.

A seguir, veremos alguns conceitos de Língua e de Linguagem, desde os estudos de Saussure até as mais recentes análises feitas pelos chamados sociolinguistas.

CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E LINGUAGEM

Ferdinand de Saussure, considerado o “pai” da linguística moderna, estabeleceu o valor descritivo da *língua* e a definiu como objeto de estudo. Sendo ela um sistema de comunicação, Saussure estabelece as famosas dicotomias: língua/ fala; sincronia/ diacronia; sintagma/ paradigma; etc., reforçando sempre a validade do estudo científico, descritivo ou sincrônico.

Para Saussure (1969), “a língua é um sistema abstrato, psíquico, mental, homogêneo e social. Apresenta-se de forma única e organizada”. Esta,

entendida como sistema de comunicação, é o que possibilita ao ser humano desenvolver a faculdade que ele tem de interagir com os outros, faculdade essa denominada *linguagem*.

Libâneo (1994, p. 45-46) afirma que:

O ensino de Português é uma das mais importantes responsabilidades profissionais do professor, pois é condição básica para a aprendizagem das demais disciplinas, além de ser instrumento indispensável para a participação social dos indivíduos em todas as esferas da vida: profissional, política, cultural.

Estamos em pleno acordo com o este autor, pois entendemos e vivenciamos em nosso dia-a-dia que a linguagem, vista como a grande faculdade que o ser humano possui para se comunicar, é o grande patrimônio do ser humano, responsável pelo sucesso ou até mesmo pelo fracasso das pessoas em alguns casos. Prova disso são os vestibulares e outros concursos públicos em geral, em que a língua portuguesa tem uma enorme importância.

Por termos a linguagem como ponto de partida para o ensino da língua, consideramos conveniente apresentarmos, nessa reflexão, as suas diferentes concepções.

Geraldi (1984, p. 43) aponta fundamentalmente três concepções, situando na terceira, a proposta que contribui para as mudanças sociais necessárias ao ensino crítico e reflexivo da língua, enquanto atividade humana, histórica e social:

a) a linguagem é expressão do pensamento: esta concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebermos a linguagem como tal,

somos levados a afirmações de que pessoas que não conseguem se expressar não pensam;

b) a linguagem é instrumento de comunicação: esta concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor uma mensagem. Em livros didáticos, esta é a concepção confessada nas instruções ao professor, nas introduções, nos títulos, embora em geral seja abandonada nos exercícios gramaticais;

c) a linguagem é uma forma de interação: mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não pré-existiam antes da fala.

Essas três concepções de linguagem foram muito propagadas e continuam sendo alvo de reflexão para aqueles que buscam um fundamento para o ensino de Português. Entendemos que ensinar Português é ensinar a se comunicar, a interagir e, para que haja comunicação e interação, necessitamos da linguagem. Analisando as concepções de linguagem estabelecidas por Geraldí, julgamos como mais cabível a terceira concepção, pois esta encara a linguagem como atividade, como interação. Na segunda concepção, a principal função da linguagem é a transmissão de informações, enquanto na primeira, a linguagem é vista simplesmente como expressão do pensamento.

Compreendemos que ensinar Português vai muito além de simplificar os

conteúdos e repassá-los para o aluno. É necessário que ele saiba usar este aprendizado no dia a dia, em diferentes situações, interagindo com pessoas diferentes. É por isso que Neves (1996) insiste em dizer que precisamos fazer o aluno refletir sobre o funcionamento da língua. Câmara Jr. (2000, p. 45) garante que “a língua é eminentemente mutável no tempo e o seu movimento ou mudança tem o caráter de uma evolução, isto é, um processo dinâmico, gradual e coerente”.

O ensino de Língua Portuguesa desempenha, indubitavelmente, um importante papel na formação básica do aluno, assim como na vida do cidadão enquanto profissional inserido nas demais camadas da sociedade. Ao aprender e ao ter o domínio de suas competências comunicativas através da linguagem o aluno estará desenvolvendo uma grande ferramenta para a sua inserção na sociedade. Tendo o domínio da linguagem, o ser humano consegue defender-se em diferentes situações, pois a linguagem realmente é um elemento de poder.

Dessa forma, o professor deve ser um ponto de referência do conhecimento para seus alunos. Por sua vez, o aluno, acima de tudo, deve ser construtor desse conhecimento, alguém que seja realmente sujeito de seu discurso e faça verdadeiramente da linguagem um meio de interação social.

Temos consciência de que ensinar língua não é apenas ensinar a sua gramática, mas acreditamos que o aluno tem direito de saber a gramática de sua língua e conhecer a terminologia com a

qual normalmente nos referimos a ela. Como neste trabalho estamos enfocando o ensino de gramática, apresentamos também algumas reflexões sobre esse assunto.

CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA

Sempre que nos deparamos com questões relativas ao ensino de gramática, é conveniente que tenhamos como princípio básico uma concepção mais genérica possível, que funcione como ponto de referência para as significações com as quais será usado o termo em pauta. Nesse sentido, tomaremos por base a definição de Possenti (1996, p. 63-4) que define a gramática como um “conjunto de regras”.

Desde a sua origem, a gramática tradicional procurou estabelecer regras para a língua escrita com base no uso dos grandes escritores, considerados os melhores usuários da língua. Estudos nos mostram que a gramática tem sua origem em Platão e Aristóteles, dois filósofos, historiadores da ciência e da linguagem.

Ao discutirmos gramática, consideramos necessário diferenciar, no mínimo, duas noções, quais sejam: gramática normativa e gramática descritiva. O conceito de regra, para gramática normativa, pode-se dizer que é semelhante ao conceito de etiqueta: ou o indivíduo está certo, ou ele está errado. Na gramática descritiva, pode-se comparar o conceito de regra ao conceito das leis da natureza, ou seja, a função é descrever como determina a norma e não avaliá-la dentro dos princípios do que seja certo ou errado.

Vários são os autores que têm trabalhado e discutido a questão do ensino de Português e, por consequência, o ensino da gramática.

Para Possenti (1996, p. 63-4), por exemplo, “a noção de gramática é controvertida: nem todos os que se dedicam ao estudo deste aspecto das línguas a definem da mesma maneira”. O autor propõe que se aceite, para efeito de argumentação, que a gramática significa um ‘conjunto de regras’. Ele afirma que não se trata de uma definição muito precisa, mas que a mesma não é equivocada. Possenti acrescenta que a expressão “conjunto de regras” pode ser entendida como 1) *conjunto de regras que devem ser seguidas*; 2) *conjunto de regras que são seguidas*; e 3) *conjunto de regras que o falante da língua domina*.

Esta primeira definição aplica-se à gramática normativa, ensinada na escola, em que as regras são impostas como uma forma de se aprender a falar a modalidade culta, e que as demais formas de comunicação, entre os falantes, seriam vistas como desvios ou erros. Diante disso, Travaglia (2000, p. 24-28) entende que se conceituarmos a gramática desta forma, corremos o risco de considerar como culta apenas uma variedade, ou seja, a padrão, sendo que ele lembra que existem argumentos de diferentes ordens que contribuem para a inclusão ou exclusão de formas e usos da linguagem. Sintetizando, esses argumentos seriam de natureza estética, elitista, política, comunicacional e histórica.

Ao explicar a segunda concepção de gramática como conjunto de regras

que são seguidas, Possenti relata que esta teoria é geralmente utilizada pelos linguistas, cuja preocupação é descrever a língua tal qual ela se apresenta no momento da fala. Garante que os linguistas não estão preocupados com o certo ou o errado, mas tem como objetivo fazer a descrição das variantes utilizadas pelo falante considerando, principalmente, o contexto social em que ele está inserido.

Na terceira forma de conceituar a gramática, como conjunto de regras que o falante domina, o autor entende que todo falante tem competência gramatical que lhe permite produzir enunciados dentro da sua língua, sem que alguém o tenha ensinado.

De acordo com Neves (1996), “gramática é tudo o que compõe a produção de um texto. É a língua funcionando”.

A base de gramática defendida pela autora é a funcionalista, ou seja, a língua em pleno uso. Neves (1996) condena os ensinamentos por rótulos e cita como exemplo a análise sintática, tão detestada pela maioria dos alunos e até por muitos professores, por considerarem este um conteúdo desnecessário.

Diante dos conceitos de gramática citados, concordamos com todos os autores, e entendemos que o método de trabalhar a gramática é que deve ser alterado, pois o professor deveria deixar de ser dependente única e exclusivamente da gramática tradicional, fazendo com que o ensino parta sempre da gramática internalizada, isto é, aquela que o falante aprende naturalmente, passando à descritiva e finalmente à normativa. Desse modo, o aluno po-

derá realmente “aprender uma língua”, tendo sempre o domínio *consciente* da mesma. Havendo esse ensino efetivo da língua, o aluno perceberá, sem dúvida, a complexidade e a importância que o ensino da linguagem tem para a melhoria da sociedade em que vivemos.

A seguir, faremos algumas considerações sobre Morfologia, uma vez que a nossa proposta enfoca um item, o substantivo, que é estudado sob esse rótulo.

DEFININDO E CONTEXTUALIZANDO A MORFOLOGIA

Ao estudar uma língua, podemos enfocar um de seus vários níveis como fonologia, morfologia e a sintaxe. Cada um desses níveis desempenha um papel importante na nossa gramática. Por exemplo, a fonologia estuda os sons básicos da língua, a morfologia trabalha, por exemplo, com a estrutura interna e com a classificação das palavras, e a sintaxe faz um estudo de como a linguagem combina palavras para formar frases gramaticais, etc.

Dentro do processo de ensino/aprendizagem, o conhecimento de todos esses níveis linguísticos é importante para os alunos. Neste trabalho enfatizamos a morfologia, estudando e utilizando-a para propor um modelo de trabalho com os conteúdos deste nível linguístico com os alunos do Ensino Médio.

Em gramática tradicional, a Morfologia é o estudo das formas das palavras (flexões e derivação), em oposição ao estudo das funções ou sintaxe. – Em linguística moderna, o termo morfo-

logia tem, de acordo com Jean Dubois (1998), duas acepções principais:

a) ou a morfologia é a descrição das regras que regem a estrutura interna das palavras, isto é, as regras de combinação entre os morfemas raízes para constituir “palavras” (regras de formação das palavras) e a descrição das formas diversas que tomam essas palavras conforme a categoria de número, gênero, tempo, pessoa e, conforme o caso (flexão das palavras), em oposição à sintaxe que descreve as regras de combinação entre os léxicos (morfemas, raízes e palavras) para construir frases;

b) ou a morfologia é a descrição, ao mesmo tempo, das regras da estrutura interna das palavras e das regras de combinação dos sintagmas em frases. A morfologia se confunde, então, com a formação das palavras, a flexão e a sintaxe, e opõe-se ao léxico e à fonologia. Nesse caso, diz-se de preferência, morfo-sintaxe.

Conhecer a estrutura de uma palavra não é memorizar alguns nomes, como morfema, semantema, lexema, desinências, afixos, cognatos, etc. É sim, conhecer a palavra a fundo, a ponto de decompô-la em vários segmentos, cada qual com sua significação e explorar toda a sua potencialidade. É saber também, como compor uma nova palavra; realizar, dessa forma, um trabalho criativo e dinâmico com a língua. Isso tornaria o ensino de Morfologia mais interessante aos alunos, e estes teriam mais interesse na aprendizagem desses conteúdos.

Observamos que existe uma relação entre língua e os avanços técnicos, as modas comportamentais e as invenções. A cada invenção corresponde necessariamente, uma ampliação de nosso universo linguístico. Várias

palavras são imediatamente criadas. Surgem os neologismos.

As unidades significativas, ou segmentos que constituem as palavras são as formas mínimas ou morfemas (do grego *morphé*, “forma” + a terminação –ema de fonema). Ao processo de decomposição das palavras em suas várias formas mínimas chama-se análise mórfica ou morfológica.

É importante ressaltar que a Morfologia estuda também as classes de palavras e os processos de formação de palavra. São dois os processos pelos quais se formam novas palavras na língua portuguesa: *derivação* (prefixal, sufixal, parassintética, regressiva, ou imprópria); e a *composição* (por justaposição e por aglutinação).

O estudo das palavras, quanto a sua espécie, leva em conta a natureza de cada palavra: como se comporta, como se flexiona em gênero, número e grau. Em português, há, tradicionalmente, dez categorias, espécies de palavras, a que chamamos de classe gramatical. Cada classe gramatical possui sua peculiaridade. Explicitamos a seguir algumas considerações sobre o estudo das classes de palavras, e mais especificamente sobre os substantivos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CLASSES DE PALAVRAS / SUBSTANTIVOS

Neste trabalho, escolhemos como tema para a elaboração de uma proposta diferente de ensino, um assunto que se insere no nível morfológico, e entre as classes de palavras, a categoria dos substantivos.

Os linguistas concordam que a análise gramatical no Ocidente crava suas raízes na filosofia grega dos anos 500 a.C.; define-se como tema filológico no trabalho dos intelectuais alexandrinos e difunde-se na Europa medieval e moderna graças particularmente aos romanos. Platão dividira a unidade do discurso, que ele intuía no esforço de apreender os mecanismos de expressão do pensamento, em dois componentes: *ónoma* (nome) e *rhéma* (verbo). Aristóteles lhes acrescentou os *syndesmoi* (partículas). Os estóicos induziram à distinção entre classes variáveis e classes invariáveis, até que, por volta dos fins do segundo século a.C., Dionísio da Trácia formulou uma teoria das partes do discurso, que ele distribuía em oito categorias: *nome, verbo, pronome, participio, artigo, advérbio, preposição e conjunção*.

A análise gramatical consagrou o vocábulo como sua unidade fundamental; tanto a *morfologia* (estudo da estrutura e formação dos vocábulos) quanto a *sintaxe* (estudo da combinação dos vocábulos na frase) se baseiam nele. Por isso, a gramática tradicional tem sido caracterizada como uma “gramática baseada no vocábulo”.

Damos tradicionalmente o nome de classes de palavras ou partes do discurso a conjuntos abertos de palavras, definidos a partir de propriedades ou funções semânticas e/ ou gramaticais. As classes de palavras são de importância crucial na descrição de uma língua porque expressam propriedades gerais das palavras. Por exemplo, é impossível descrever os mecanismos gramaticais mais óbvios, como a concordância de

gênero e número do artigo com o substantivo, se não determinarmos o que é substantivo e artigo.

A questão dos critérios de classificação das palavras é muito discutida: devemos classificar as palavras por um único critério ou por um conjunto de critérios? E quais seriam os critérios mais adequados?

Os estruturalistas usam, sobretudo, o critério sintático para definir classes de palavras. Por exemplo, os substantivos são divididos por suas propriedades distribucionais: ocorrência como núcleo do sintagma nominal (isto é, como núcleo do sujeito, objeto direto e indireto e agente da passiva); ou ocorrência com artigo, possessivo, numeral etc. Outras propriedades, tais como a designação de seres e a concordância de gênero e número, embora também características do substantivo, não seriam critérios de classificação.

Há também propostas estruturalistas de classificação apenas morfológicas de classes de palavras. Nessas propostas, substantivos se caracterizam pela flexão de gênero e número; verbos apresentam flexão de tempo e modo; e assim por diante.

As gramáticas escolares muitas vezes definem classes por critério exclusiva ou primordialmente semântico. Nesse caso se enquadra, por exemplo, a definição do substantivo como palavra que designa seres.

Para Perini (1995):

Classificar as palavras implica elaborar uma classificação sobre critérios formais (sem excluir da descrição a clas-

sificação semântica, mas separando-se nitidamente dela). É necessário classificar as palavras quanto a seus traços formais, isto é, quanto ao seu comportamento sintático e morfológico; e também é necessário classificá-las quanto a seus traços de significado. É preciso estar atento à coerência que deve haver dentro de cada classe, isto é, a definição que se dá dessa classe deve se adequar ao conjunto de vocábulos nela incluído; deve haver também uma relativa homogeneidade entre os componentes da classe quanto ao comportamento gramatical.

Assim, para efeitos da descrição gramatical, as classes de palavras devem ser definidas simultaneamente por critérios morfológicos, sintáticos e semânticos.

Objetivamos, neste trabalho, enfatizar os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos do estudo dos substantivos. Trabalhamos com os critérios morfológicos, utilizamos como princípio do trabalho as definições da gramática tradicional e por fim trabalhamos os aspectos sintáticos segundo a definição de Macambira (1987) que afirma que “pertence à classe do substantivo toda palavra que se deixar preceder por artigo ou pronome adjetivo, especialmente possessivo, demonstrativo ou indefinido”. Por essa razão, o estudo do substantivo deve ser contextualizado, uma vez que o mesmo vocábulo pode ou não ser categorizado como substantivo a depender da relação com as outras palavras na frase ou no texto. Assim, conseguimos por em prática um método de ensino de gramática que trabalha os conteúdos de maneira contextualizada, fazendo com que o aluno realmente pudesse ter um domínio consciente da língua estudada.

ORIENTAÇÕES DOS PCNS

É sugerido pelos PCNs de Língua Portuguesa (1997) que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.

Ainda segundo os PCNs de Língua Portuguesa (1997, p.20), o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa são vistos como resultantes da articulação de três variáveis:

o aluno, os conhecimentos com os quais se opera nas práticas de linguagem e, por último, a mediação do professor. O primeiro elemento dessa tríade, o aluno é o sujeito da ação de aprender, aquele que age com e sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento são os conhecimentos discursivo-textuais e linguísticos implicados nas práticas sociais de linguagem. O terceiro elemento da tríade é a prática educacional do professor e da escola que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Assim, o professor não é mais visto como o “dono da verdade” e nem o aluno como um recipiente de conhecimentos. Ao contrário, ao invés de mediador entre o aluno e os modelos, o professor faz o papel de informante e de interlocutor, tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e das suas condições de aprendizagem, e atua assim, como mediador do processo. Para garantir uma aprendizagem efetiva, cabe ao docente fazer o planejamento e dirigir as atividades didáticas, apoiando e orientando as ações e reflexões do aluno.

Os PCNs (1997, p. 26) afirmam também que:

não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano.

Para que compreendamos melhor isto, tomamos conhecimento de alguns pontos importante da obra intitulada *PCNs da Língua Portuguesa: a prática na sala de aula*, da autora Harumi Pisciotta. Ela sugere que sejam desenvolvidos projetos, organizando-se, por exemplo, uma exposição sobre os costumes e as tradições da própria comunidade. O aspecto positivo desses projetos é tornar significativas as atividades de análise gramatical, vinculando-as a situações contextualizadas e explorando as possibilidades criativas da língua.

Para isso, pode-se trabalhar com cantigas infantis, crendices, lendas, jogos infantis, receitas culinárias típicas, receitas para preparar remédios caseiros, etc. Mas como fazer isto integrando as práticas de análise linguística? Isto torna-se possível, de acordo com a autora, integrando-se em um mesmo projeto, as atividades de leitura, escrita e fala. Assim, essas atividades se tornarão significativas para os alunos e darão a eles a oportunidade de refletir sobre a própria língua em uso, exatamente da forma como é proposto pelos PCNs.

TRABALHANDO COM SUBSTANTIVO NO ENSINO MÉDIO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após analisarmos as sugestões de trabalho oferecidas pelos PCNs em relação ao ensino de gramática de forma contextualizada, optamos por desenvolver este trabalho seguindo uma das orientações expostas, que trata do desenvolvimento de atividades a partir de uma narrativa escrita produzida pelos alunos. Acreditamos que desta forma os educandos estarão aprendendo os conteúdos gramaticais, especificamente o estudo dos substantivos, de forma objetiva e contextualizada, analisando todos os critérios importantes deste estudo, desde o conhecimento da gramática internalizada até as regras da gramática normativa e, por fim, sendo possível entender e utilizar os critérios sintáticos da gramática descritiva.

Como deixamos claro na Introdução deste trabalho, utilizamos as aulas de Língua Portuguesa do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Princesa Isabel – Itaporá/ MS - nas quais atuo como professor regente de Língua Portuguesa como uma primeira etapa de nossa pesquisa, seguindo assim, um plano de trabalho discutido com nossa orientadora.

Ainda antes de nos lançarmos a campo, estudamos várias obras bibliográficas, já referidas anteriormente.

Essas teorias, das quais com algumas já tínhamos trabalhado em nossas pesquisas anteriores, serviram muito para que obtivéssemos mais subsídios que nos auxiliassem na elaboração da presente pesquisa. Sem dúvida, isto nos auxiliou para esclarecer alguns pontos básicos, ao mesmo tempo em que surgiam novas incógnitas.

Logo após a elaboração do projeto com o Prof^o Helder Baruffi no mês de novembro do ano de 2009, no qual definimos o tema que trabalharíamos na pesquisa final do curso, procuramos a Escola Estadual Princesa Izabel para comunicar e pedir autorização à direção e à coordenação para que pudéssemos desenvolver o trabalho durante as aulas do primeiro bimestre do ano letivo de 2010. A resposta da escola foi positiva e coordenação e direção ficaram bastante satisfeitas por estarmos desenvolvendo um projeto de pesquisa da UFGD com alunos da escola. A única exigência da coordenação foi que adaptássemos o planejamento anual que seria elaborado, aos conteúdos que estaríamos trabalhando durante o primeiro bimestre com a turma do 2º ano do Ensino Médio.

Depois disso, buscamos definir um orientador para nos auxiliar neste trabalho. Tivemos uma reunião com todos os alunos e todos os professores do curso de Especialização na qual participamos, e a Prof^a Ms. Marilze Tavares aceitou colaborar neste trabalho.

Assim, logo no início do ano letivo de 2010, elaboramos nosso planejamento anual na Escola Estadual Princesa Izabel, com as devidas adaptações para a realização deste trabalho.

Realizamos este trabalho nos meses de março e abril de 2010, ministrando um total de vinte aulas para uma única turma do segundo ano do Ensino Médio. Trabalhamos praticamente o primeiro bimestre inteiro com essa turma e aplicamos um método de ensino que procurava se distanciar o quanto possível do tradicional. A proposta era trabalhar a gramática de forma contextualizada, procurando fazer com que os alunos entendessem o verdadeiro objetivo do ensino de Língua Portuguesa.

Lembramos que ministramos nossas aulas conforme o planejamento que havíamos feito, deslocando o conteúdo substantivo para o primeiro bimestre, pois este foi o foco gramatical de nosso trabalho. Esse é um conteúdo destinado ao 2º ano do Ensino Médio, por isso, foi necessário apenas alterar a ordem em que o mesmo seria ministrado ao longo do ano.

A REGÊNCIA DAS AULAS

Durante o tempo em que estivemos desenvolvendo este trabalho com os alunos, que correspondeu ao primeiro bimestre letivo, desenvolvemos também outras atividades habituais na escola. Tivemos imprevistos que às vezes impossibilitaram a continuidade nas atividades, como reuniões, paralisação, feriados nos dias em que tínhamos aula com a turma, entre outros, mas tudo isso é normal dentro do cotidiano de uma escola.

Escolhemos a turma do 2º ano do Ensino Médio para desenvolver este trabalho pelo fato de que o conteúdo gramatical básico deles durante todo o ano proposto pelo Referencial Curricu-

lar é o estudo da morfologia, especificamente as classes de palavras. O público também já era conhecido, uma vez que foram nossos alunos durante o ano de 2009, sendo possível um melhor diálogo com todos. De maneira geral é uma boa turma, com alunos interessados e disciplinados, mas, naturalmente, há alguns que apresentam bastantes dificuldades na aprendizagem.

Especificamente nas aulas em que trabalhamos a gramática, podemos relatar que foi bastante difícil trabalhar um método de ensino que fugisse do mais habitual com os alunos, pois os educandos estão acostumados com aquele ensino totalmente normativo das classes de palavras que tiveram no Ensino Fundamental, período em que eles têm tudo pronto e “mastigado”. E como afirma John Maynard Keynes²: *Difícil não é arranjar idéias novas, mas fugir das antigas.*

Esse foi um dos pontos mais interessantes e complicados de nossa regência das aulas, pois os alunos já se acostumaram com o método de ensino tradicional, ficam um tanto quanto desconfiados e não conseguem interpretar e entender suficientemente a nova proposta.

Trabalhamos obviamente os conceitos de substantivo de início, mas enfatizamos o aprendizado da gramática em produções dos próprios alunos,

² Foi um economista britânico cujos ideais serviram de influência para a macroeconomia moderna, tanto na teoria quanto na prática. Ele defendeu uma política econômica de Estado intervencionista, através da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos - recessão, depressão e booms. Suas idéias serviram de base para a escola de pensamento conhecida como economia keynesiana.

para que eles percebessem como esse conteúdo pode ser útil em suas atividades cotidianas.

Num primeiro momento, como já ressaltamos, os alunos rejeitaram nossa proposta de trabalho, alegando que seria muito difícil e que eles não conseguiriam assimilar esta maneira de se aprender os conteúdos gramaticais.

Mesmo assim, iniciamos nossas atividades aplicando alguns exercícios de revisão sobre os conteúdos que iríamos trabalhar (Morfologia - Estrutura e Formação de Palavras; Definição e Classificação dos Substantivos; Definição de Adjetivos e Artigos). Estes exercícios de revisão serviram para que tivéssemos noção do grau de conhecimento dos alunos, pois estes já tinham uma base deste conteúdo, que é visto em anos anteriores. Aplicamos os primeiros exercícios ainda considerados tradicionais (sem contextualizar a gramática), somente para que obtivéssemos um diagnóstico da sala. Então percebemos que a turma tinha certo conhecimento do assunto, embora ainda houvesse dificuldades em muitas partes.

Após essa etapa, pedimos que os alunos produzissem um texto sobre alguma narrativa popular (após uma preparação para essa atividade). Nessas produções, os alunos iriam trabalhar os conteúdos gramaticais, especificamente os substantivos.

Assim, cada um elaborou seu texto, que posteriormente foi corrigido e reescrito conforme as observações que fizemos. Após essa etapa, demos sequência à nossas atividades com o objetivo de focar o assunto gramatical.

Para isso, íamos explicando as regras, primeiramente relembramos as normas da gramática normativa e depois trabalhamos com os critérios sintáticos do estudo dos substantivos e, em seguida trabalhando essas regras dentro do texto, realizando assim um ensino contextualizado e que tinha como ponto precípua um texto produzido pelos próprios alunos.

As atividades gramaticais desenvolvidas dentro do texto eram bastante exigentes, pois os alunos tinham que aplicar e perceber a gramática dentro deste texto, encontrando, por exemplo, todos os substantivos e classificando-os de acordo com a posição do vocábulo dentro do texto.

Fomos prosseguindo com nossas aulas, aplicando atividades e avaliações com exercícios contextualizados. Os alunos encontravam dificuldades com esse método, mas eles próprios admitiam que assim eles realmente aprendiam e entendiam o verdadeiro objetivo do processo ensino-aprendizagem de gramática.

Para finalizar as atividades de análise propomos um trabalho com os alunos na Sala de Tecnologia, onde eles elaborariam *slides* explicitando todo o trabalho desenvolvido por eles. Nestes *slides* os alunos expuseram o texto produzido, os conceitos sobre o substantivo presentes na gramática normativa e também na gramática descritiva e elaboraram gráficos com as análises de todos os substantivos encontrados no texto após o estudo deste.

Ainda como forma de avaliação da aprendizagem dos alunos, aplicamos novos exercícios avaliativos sobre

o conteúdo estudado, desta vez com atividades contextualizadas, e percebemos o bom desempenho dos alunos na realização destes. Observamos que os educandos realmente aprenderam e perceberam a importância de se estudar a gramática, atentando-se ao fato de que os conteúdos gramaticais não são apenas aquelas regras que devem ser decoradas e que muitas vezes não servem para nada fora da escola.

No decorrer de nosso trabalho, conseguimos ir controlando bem a situação e alcançamos um bom resultado com nossas atividades. Reconhecemos que os alunos tiveram muita dificuldade de assimilar nossa proposta de trabalho, mas foi satisfatório ver que estes alunos conseguiram perceber que novas posturas devem ser adotadas tanto pelos professores quanto pelos alunos. Ficamos felizes em ver que, mesmo com dificuldade, os alunos podem aceitar as inovações e assumir posturas críticas, sendo verdadeiramente construtores do conhecimento.

Temos consciência de que não é fácil e também não é com vinte aulas que iremos revolucionar o ensino, mas conseguimos pelo menos iniciar um método de ensino que objetiva realmente um aprendizado coerente. Muitos anos serão necessários para conseguirmos modificar posturas de ensino, mas é preciso que tenhamos coragem para iniciar esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Efetivamos esta pesquisa tendo como principal objetivo trabalhar os conteúdos gramaticais de uma forma

diferente das abordagens tradicionais de ensino, sem se prender exclusivamente à gramática normativa, mas sim abordando os conteúdos gramaticais nos critérios morfológicos, semânticos e sintáticos, a partir de textos que prendam a atenção dos alunos (ou seja, seus próprios textos), proporcionando, assim um ensino objetivo e contextualizado.

Nosso trabalho baseou-se principalmente em aplicar uma proposta de ensino de gramática contextualizada, fazendo com que os alunos pudessem perceber que nas atividades produzidas por eles há o uso da gramática e que os conteúdos gramaticais são importantes no seu cotidiano. Buscamos enfatizar o estudo dos substantivos não apenas no aspecto semântico, mas principalmente no aspecto sintático, contextualizado.

Percebemos, neste trabalho, que é difícil mudar algo que sempre prevaleceu nas aulas de Língua Portuguesa, que é o ensino tradicional da gramática normativa. Mas o que precisamos ter em mente é que o professor de português tem uma dupla função que caracteriza sua profissão: de um lado, o papel do “educador”, uma condição inerente ao professor de qualquer disciplina; de outro, o professor de português, com tarefas e habilidades específicas do ensino da língua materna. O papel do educador é geral e profundo. Está relacionado com a própria condição do ser humano. É de se supor que todo professor cultive, preserve e transmita aos seus alunos os valores básicos da nossa cultura e da nossa sociedade, tais como a defesa da democracia, o exercício pleno da cidadania, o apreço pelo ser humano, a aversão aos preconcei-

tos, o respeito aos símbolos nacionais, a preocupação com o meio ambiente, o combate à violência, etc.

O que fica bastante claro neste trabalho é que os métodos arcaicos de ensino, a nosso ver, é que causa maior rejeição nos alunos, pois eles não entendem os verdadeiros objetivos das aulas de gramática. Muitas vezes temos educadores que insistem em ensinar conteúdos que eles mesmos julgam desnecessários para o aprendizado da língua. Acreditamos que todo conteúdo pode ser útil, dependendo da forma que é apresentado aos alunos.

É comum ainda que os professores ensinem a gramática apenas com aulas expositivas, com o apoio do livro didático, dando-se ao aluno a oportunidade de participar com exemplos práticos ou respondendo às perguntas feitas. São, portanto, estas formas descontextualizadas de ensino que levam os alunos a terem muitas vezes rejeição à gramática.

Em nossas aulas procuramos ensinar de forma contextualizada os conteúdos de gramática, adotando uma abordagem de ensino bastante parecida com as propostas da autora Pisciotta relatadas neste trabalho. São esses métodos que realmente devem ser tomados como exemplo, pois trabalham a gramática de forma com que os alunos entendam o verdadeiro objetivo do aprendizado da linguagem, que é fundamental para a interação do ser humano na sociedade.

Como vimos nos projetos de Pisciotta relatados neste trabalho, concluímos e reafirmamos que não é tão difícil trabalhar de acordo com os Pa-

râmetros Curriculares Nacionais. Basta ter disposição, uma vez que os recursos financeiros não implicam na execução destes projetos. E o que é mais importante, é o fato de se ensinar a gramática de forma contextualizada, uma vez que o ponto de partida é o discurso com o qual os alunos convivem socialmente. Diante do resultado das aulas que ministramos, estamos plenamente convictos de que, colocando em prática métodos de ensino que apresentem qualquer nível de inovação, consegue-se despertar um maior interesse do aluno pela língua portuguesa.

Assim, admitimos que mesmo que esteja passando por um processo de transformação, o ensino de língua portuguesa ainda precisa de muitas mudanças para que seja concretizado o verdadeiro objetivo deste ensino, que é transformar o educando num usuário competente da linguagem. Para que isto ocorra, é necessário que o professor assuma uma nova postura, principalmente em relação ao ensino de gramática, adequando-se aos avanços da tecnologia e aos PCNs.

Diante de tudo o que vimos, sabemos que é indiscutível que o docente esteja sempre em busca de novos conhecimentos, a fim de que desenvolva o seu senso crítico e saiba distinguir aquilo que é viável ou não para os seus alunos. Assim é que se deve conduzir o processo ensino-aprendizagem, buscando sempre desenvolver o senso crítico do aluno, afim de que este seja construtor do conhecimento, alguém que interage, participa e faz a linguagem, sabendo sempre enfrentar as diferentes situações impostas pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRITO, Eliana Viana (org.); MATTOS, José Miguel de; PISCIOTTA, Harumi. *PCNs de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula*. São Paulo: Arte e Ciência, 2001.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 69-117.
- DICIONÁRIO AURÉLIO eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée e outros; Izidoro Bilkstein (tradução). *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- FREGONEZI, Durvali Emílio. *Elementos de ensino de língua portuguesa*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999. p. 11-66.
- GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. 3. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.
- IDIOMA, 2.1* Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro – UERJ, 2001 (www2.uerj.br/~institutodeletras/idioma.html).
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

NEVES, Maria Helena Moura. (1996). Entrevista. *Linha D'Água- Ensino de língua e literatura em debate*. USP, n. 10, julho, p. 9-17.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144p. 1997.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) Ensinar Gramática na Escola?* Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: ALB, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad de A. Chelini, José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação – Uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 09-234.

_____. *Gramática: Ensino Plural*. São Paulo: Cortez, 2003, p.15-20.

VÁZQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.